



3881 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT05 - Estado e Política Educacional

AS INFLUÊNCIAS DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EXTERNA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB: BREVE ANÁLISE

Renally Vital da Costa - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
Luciana Leandro da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES/FAPESQ - BRASIL

O trabalho apresenta resultados de um estudo que teve como objetivo analisar como a política de avaliação externa vem influenciando a política educacional do município de Campina Grande – PB. O estudo foi desenvolvido, inicialmente, mediante o estudo da produção acadêmica que analisa as reformas educacionais e as iniciativas de avaliação externa implantadas no país, a partir dos anos 1990. Em seguida, foi realizado a consulta a pesquisas e documentos acerca das interferências dessa política maior no município em exame, buscando identificar como as avaliações foram recebidas e implantadas pelo município. O estudo revelou a importância que a avaliação externa e o Ideb vêm assumindo na rede municipal de ensino de Campina Grande – PB.

Palavras-chave: Políticas de avaliação externa, Educação Básica, Campina Grande – PB, Ideb.

AS INFLUÊNCIAS DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EXTERNA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB: BREVE ANÁLISE

1. Introdução

O trabalho apresenta os resultados de um estudo que teve por objetivo analisar como a política nacional de avaliação externa vem influenciando a política educacional do município de Campina Grande – PB. Para tal, foram realizados três procedimentos de coleta de dados: o primeiro constituiu no estudo da produção acadêmica que analisa a reforma da educação no Brasil e as políticas de avaliação padronizadas instituídas a partir da segunda metade dos anos 1990, em diferentes estados e municípios da federação. O segundo procedimento consistiu na análise de estudos acadêmicos que fizeram referência à política de avaliação externa no município estudado, o que possibilitou uma visão geral de como a avaliação externa da educação básica está influenciando a política educacional na rede municipal campinense. O terceiro procedimento constituiu na pesquisa documental, que abarcou o estudo da legislação e normatização federal e municipal relativas às iniciativas de avaliação externa da educação básica. Entre os documentos municipais analisados estão as leis que estabeleceram as iniciativas de avaliação e de responsabilização no município de Campina Grande – PB.

2. Desenvolvimento

No Brasil, as iniciativas de avaliações externas ou em larga escala começaram a ser implantadas no final dos anos de 1980 e intensificadas na década de 1990, como parte do processo de reforma do Estado pautado na orientação neoliberal. A partir dos anos 1990, as políticas públicas federais para o setor educacional passaram a privilegiar a aplicação nacional de testes estandarizados apresentados como mecanismo eficaz para se conhecer e propiciar uma educação de qualidade. De acordo com Sousa (2008), essa política implanta uma lógica de gestão escolar pautada no controle dos produtos e resultados educacionais medidos pelo desempenho dos alunos em testes padronizados. Os resultados obtidos vêm sendo interpretados como um “indicador da eficiência da unidade escolar, em particular, e do sistema educacional, como um todo” (SOUSA, 2008, p. 266).

A instituição das políticas de avaliação estandarizadas da educação básica pelo Governo Federal tem como importante marco a criação, em 1989, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Primária (SAEP). Em meados da década de 1990, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, após testar os procedimentos do SAEP em nível nacional, instituiu o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que marcou a intensificação da ação e do controle do Estado por meio das políticas de avaliação externa. Nessa mesma lógica, foram criados o Exame Nacional de Cursos (também conhecido como Provão, instituído em 1996) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM, lançado em 1998). Em 2005, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu uma reformulação do SAEB, na qual este passou a ser constituído por dois instrumentos de avaliação, aplicados bianualmente: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), mais conhecida como Prova Brasil. Em 2007, foram instituídos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), com objetivo de medir a qualidade da educação, e a Provinha Brasil. Em 2013, no governo da presidente Dilma Rousseff, foi instituída a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), que integra o SAEB e tem como objetivo avaliar a qualidade, equidade e eficiência do ciclo de alfabetização das redes públicas (BRASIL, 2013).

A política de avaliação externa em curso no país, segundo Souza (2009), tem contribuído para viabilizar uma lógica de gerenciamento da educação que reconfigura, “por um lado, o papel do Estado e, por outro, a própria noção de educação pública, ao difundir uma ideia de qualidade que supõe diferenciações no interior dos sistemas públicos de ensino, como condição mesma de produção da qualidade” (SOUZA, 2009, p. 34). Nessa perspectiva, a função do Estado consistiria em estimular a produção de uma educação de qualidade diferenciada mediante a instituição de mecanismos de sua medição, de publicização dos resultados e do estímulo à competição entre os envolvidos.

Ao analisar as políticas de avaliação em larga escala da educação em curso, Bonamino e Sousa (2012, p. 375) apontam três gerações, considerando o uso e a importância dada aos resultados. A primeira geração é caracterizada pela implantação de políticas de avaliação de baixo risco, com caráter diagnóstico e com o objetivo de acompanhar o avanço da qualidade da educação. A segunda geração é denominada de responsabilização branda, pois os resultados das avaliações são medidos e divulgados por redes e instituições de ensino, todavia, sem atribuir sanções ou recompensas. A terceira geração é marcada pelo uso dos resultados das provas com consequências fortes, visto que são instituídos mecanismos de sanção ou de premiação às escolas e aos docentes de acordo com os resultados obtidos nos exames. No Brasil, o Ideb se configura como o principal agente do fortalecimento da segunda e da terceira geração do uso das

avaliações, pois estimula a criação de mecanismos de responsabilização e de prestação de contas (BONAMINO; SOUSA, 2012).

Com a criação do Ideb em 2007, se expandiram as iniciativas de avaliação em larga escala no país com a criação de sistemas próprios de avaliação, o que revela o poder de indução do Governo Federal em relação aos estados e municípios. Um levantamento realizado em 2011, por Brooke, Cunha e Faleiros (2012), apontou a existência de iniciativas de avaliação em larga escala em 19 estados brasileiros. Os autores destacaram que, naquele momento, os resultados eram utilizados para avaliar e orientar a política educacional, informar as escolas sobre a aprendizagem dos alunos e ao público e subsidiar a formação continuada e as decisões sobre alocação de recursos. Os resultados também serviam para propor políticas de incentivos salariais e de certificação de alunos e escolas (BROOKE; CUNHA; FALEIROS, 2012).

A política de pagamento por desempenho favorece a regulação do trabalho do professor visando o aumento do Ideb. Essa política tem levado a sérias consequências para as escolas, tais como, o estreitamento do currículo, a preocupação de professores e gestores em treinar os alunos para os testes, a competição entre as escolas, a segregação e o afastamento dos professores dos alunos com dificuldades de aprendizagem, o aumento na desigualdade entre as escolas, a pressão sobre os docentes, a existência de fraudes e à intensificação do trabalho docente (FREITAS, 2007 e 2012; SILVA, 2013 e CASSETARI, 2010).

No Brasil, muitos municípios também aderiram à criação de sistemas avaliativos próprios. Os autores Bauer, Sousa, Neto, Valle e Pimenta (2017) fizeram um levantamento e observaram que as iniciativas de avaliação em larga escala são cada vez mais legitimadas no âmbito das gestões municipais.

Na Câmara Municipal de Vereadores de Campina Grande as leis aprovadas foram as seguintes: a Lei nº. 072, de 10 de abril de 2013, que institui o pagamento do 14º salário aos profissionais da educação das escolas públicas municipais e a Lei nº. 5.372, de 03 de dezembro de 2013, que tornou obrigatória a divulgação do Ideb pelas escolas do município.

A Lei nº 072, de 10 de abril de 2013, criou o 14º salário para os profissionais da educação da rede pública municipal que atuam no ensino fundamental. A referida lei, composta por quatro artigos, estabelece que os profissionais e os trabalhadores da educação, lotados em exercício nas escolas públicas municipais que tiverem elevado, no ano escolar, o Ideb em pelo menos vinte por cento, receberão, no final do mês de dezembro, o décimo quarto salário, após a publicação do resultado da avaliação do desempenho (CAMPINA GRANDE, 2013, art. 1º). Estabelece, ainda, que cabe ao Executivo Municipal definir por decreto, outro critério de avaliação para a concessão do décimo quarto salário, no ano em que não ocorrer aplicação da Prova Brasil, o décimo quarto salário deverá ser pago aos professores, gestores e a todos os funcionários da escola (CAMPINA GRANDE, 2013).

Com base nos estudos de Sousa, Maia e Haas (2014), pode-se afirmar que um dos objetivos dessa lei é envolver todos os profissionais da escola no processo educativo, visando o alcance da meta do Ideb. A crença é a de que por meio desse incentivo os trabalhadores se sintam motivados a trabalhar mais e melhor em busca de bons resultados nas avaliações e, conseqüentemente, de maiores remunerações (CASSETARI, 2010).

A Lei nº 5.372, de 03 de dezembro de 2013, tornou obrigatória a divulgação do Ideb pelas escolas do município. Estabeleceu que cada escola municipal é obrigada a expor no âmbito escolar, em local visível e acessível a todos, a nota do Ideb da escola. Esta divulgação deve ser feita através de uma placa padronizada e ser afixada na entrada da escola, de forma que fique visível aos transeuntes em via pública. Ao analisar a referida lei, Lira e Silva (2015) afirmam que as informações que devem constar na placa objetivam permitir a comparação entre o índice alcançado pela escola, a meta prevista e a média das escolas da rede municipal de ensino, possibilitando a identificação de sua situação. Para as autoras, a exposição dos resultados do Ideb, definida na lei, certamente objetiva, ao tornar público o desempenho das instituições de ensino, mobilizar a comunidade local e a sociedade mais ampla para o acompanhamento e a cobrança dos profissionais da escola para assegurar a elevação dos índices obtidos.

O estudo de Silva e Hypolito (2017) constatou a criação de um sistema próprio de avaliação, conhecido como Sistema Municipal de Avaliação da Aprendizagem (SAMA). Com relação ao SAMA, percebeu-se que este tem se constituído como estratégia para preparar os alunos e professores para as avaliações externas, como a Prova Brasil e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

3. Considerações finais

O estudo revelou a importância que a avaliação externa e o Ideb vêm assumindo na rede municipal de ensino de Campina Grande – PB. Nesse sentido, foram instituídas políticas municipais tendo como referência a avaliação de desempenho e a elevação dos resultados nas provas e exames nacionais. Os documentos analisados revelam que a política nacional de avaliação provocou conseqüências fortes na rede municipal de Campina Grande, já que o uso dos resultados revelam a adoção de políticas de terceira geração, instituídas para monitorar, premiar e responsabilizar as escolas e seus profissionais pelos resultados alcançados.

4. Referências

BAUER, Adriana; SOUSA, Sandra Zákia Lian; NETO, João Luiz Horta; VALLE, Raquel da Cunha; PIMENTA, Claudia Oliveira. Iniciativas de avaliação do ensino fundamental em municípios brasileiros: mapeamento e tendências. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 22, n. 71. 2017.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. Relatório SAEB (ANEB E ANRESC) 2005-2015: Panorama da década. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de A; FALEIROS, Matheus. A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados: relatório final. Belo Horizonte: Game/UFMG; Fundação Victor Civita, 2011.

CASSETARI, Nathalia. *Remuneração variável para professores: revisão da literatura e desdobramentos no estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo. Programa de Pós Graduação em Educação. São Paulo, 2010.

CAMPINA GRANDE. Lei nº. 072, de 10 de abril de 2013. Institui o décimo quarto salário dos profissionais da educação da rede pública municipal e dá outras providências. Semanário Oficial nº 2.338. Disponível em: <<http://pmcg.org.br/wp-content/uploads/2013/06/sem0413-b-23041.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

CAMPINA GRANDE. Lei nº 5.372, de 03 de dezembro de 2013. Torna obrigatória a divulgação do IDEB por parte das escolas do Município na forma como específica e dá outras providências. Semanário Oficial nº 2.338. Disponível em: <<http://pmcg.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Sem1213-a-23381.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A avaliação da educação básica no Brasil* dimensão normativa, pedagógica, e educativa. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr/jun. 2012.

SILVA, Andréia Ferreira da; LIRA, Mariana de Normando. Políticas de *accountability* na rede municipal de ensino de Campina Grande/PB. In.: SILVA, Andréia Ferreira da. (org.). *Educação Básica: Políticas de avaliação externa e outros temas*. Campina Grande, PB: Ideia, 2015.

_____. Políticas de avaliação em larga escala no Brasil: princípios, implantação e riscos. In.: SILVA, Andréia Ferreira da; RODRIGUES, Melânia Mendonça. *Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB): Avaliação da educação, organização escolar e trabalho docente em escolas municipais do estado da Paraíba*. Campina Grande, PB: EDUFPG, 2013.

SILVA, Luciana Leandro da; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Regulação pública, lógica privada: repercussões da Prova Brasil na gestão e no currículo escolar em Campina Grande (PB). GT05 - Estado e Política Educacional – Trabalho 1302. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT05_1302.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. Avaliação e carreira do magistério: premiar o mérito? *Retratos da Escola*, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 81-93, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/126/229>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SOUSA, Sandra Zákia. MAIA, Marcia Maria Vieira da. HAAS, Celia Maria. Avaliação, índices e bonificação: controvérsias suscitadas por dados da rede estadual paulista. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v.25, n. 58, p. 188-209, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1931/1931.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

SOUZA, Sandra Maria Zákia L. de. Avaliação e gestão da educação básica no Brasil: da competição aos incentivos. In: DOURADO, Luiz Fernandes (org.). *Políticas e gestão da educação no Brasil* novos marcos regulatórios. São Paulo: Xamã, 2009.